

METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E DINÂMICA TERRITORIAL: O CASO DE MARINGÁ – PR

METHODOLOGY FOR IMPLEMENTATION OF STUDIES ON VIOLENCE AND TERRITORIAL DYNAMICS: THE CASE OF MARINGÁ – PR

Hugo Santana CASTELETTO¹

Resumo: A sensação de insegurança da população mundial nos faz pensar o quanto à violência, não apenas a violência letal, mas todo o tipo de violência que atenta contra a lei vigente, vem se tornando alvo de vários estudos que atrelam as várias formas representadas no espaço urbano e rural. Com o intuito de contribuir para os estudos de violência e principalmente a violência urbana, este artigo apresenta uma metodologia que será capaz de identificar o quanto a violência urbana influi na dinâmica urbana, sendo possível mostrar quais os métodos utilizados pelos vários agentes produtores do espaço no enfrentamento da problemática da violência, e assim entender como a cidade evolui e o quanto a violência influi nesta evolução. Em um primeiro momento faremos uma teorização da temática da violência e da questão urbana, e em um segundo momento, será apresentado uma metodologia de cunho mais prático para que seja possível identificar os tipos de violência, a sensação de insegurança da população e como os agentes produtores do espaço agem no enfrentamento dessa problemática.

Palavras-chave: Espaço urbano. Violência urbana. Agentes produtores do espaço.

Abstract: The world population's feeling of insecurity makes us think about the issue of violence, not only lethal violence, but all kinds of violence that threaten existing law. It has become target of several studies which couple up the various forms represented in urban and rural spaces. In order to contribute to violence studies and especially urban violence, this paper presents a methodology that will be able to identify how much urban violence influences at urban dynamics, it is possible to show which methods are used by various producing agents in space in order to face the problem of violence and understand how the city evolves and how violence affects this evolution. Firstly we will set up a theorization of violence theme and the urban question. Secondly we will present a methodology of a more practical nature to be able to identify the types of violence, population insecurity feeling and how producing agents in space cope with this problem.

Keywords: Urban space. Urban violence. Producing agents in space.

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2010), cursa mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é bolsista produtividade do CNPq, atuando principalmente na área de Análise Regional. E-mail: hugo_casteletto@hotmail.com

Introdução: agentes produtores do espaço, violência e dinâmica territorial

São inúmeros os estudos que procuram identificar e solucionar os problemas decorrentes da urbanização e conseqüentes do espaço urbano. Ao falarmos de espaço urbano, devemos ter claro em mente que o urbano é um reflexo da ocupação de determinado local, sendo possível identificar neste espaço um variado número de problemáticas a serem estudadas e conseqüentemente sendo possível propor uma solução para tais, soluções essas que visam à melhoria da vida cotidiana de quem habita determinada localidade.

Ao tratarmos do espaço urbano, Corrêa (1995) nos mostra que ao abordamos esta questão, podemos analisar de varias formas. Assim, segundo o autor o espaço urbano pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas; pode ser analisado a partir da percepção de quem habita este espaço urbano e dos mais variados segmentos deste espaço; outra forma de análise seriam as conexões urbanas e sociais, os processos envolvidos e as funções urbanas, entre outras formas de abordagem.

Desta forma, o autor supracitado nos mostra que o espaço urbano é nada mais que um conjunto de usos da terra (solo urbano) que estão sobrepostos um sobre o outro. Assim:

tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comensais, de serviço e de gestão, áreas industriais e residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social. (CORRÊA, 1995, p.5).

Seguindo o conceito apresentado acima, ainda são definidas algumas características do espaço urbano, tais como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de luta” (CORRÊA, 1995, p.7) que se materializa nas formas espaciais do urbano, através de sua história de ocupação e sua história contemporânea.

É neste momento em que vemos que o espaço urbano é concretamente um espaço a ser analisado, dado a variedade de características, uso e conflitos. Porém como analisaremos este espaço sem saber como foi produzido e conseqüentemente como surgiu? Corrêa (1995) ainda propõe em seu livro *O Espaço Urbano* quem são os possíveis alvos de análise do espaço urbano, os chamados: agentes produtores do espaço.

Segundo o autor são cinco os agentes sociais que produzem o espaço urbano: os proprietários dos meios de produção (principalmente as grandes indústrias), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Assim, cada agente produtor do espaço desempenha suas estratégias no processo de (des)construção, a fim de diminuir os problemas gerados pela intensificação do processo de urbanização.

A fim de salientar as estratégias de ação de cada agente produtor do espaço, o autor ainda expressa as várias formas que cada agente produtor produz no espaço urbano. Assim, podemos identificar as principais características de cada agente produtor do espaço, e posteriormente identificar os principais fatores motivacionais que intensificam ou não o aumento da violência no espaço urbano.

No que tange aos proprietários dos meios de produção (principalmente as grandes indústrias), vemos que a dimensão das atividades impostas por esses agentes é grande, demandando grandes espaços para sua instalação. Esses espaços, necessariamente precisam ser amplos e baratos e que satisfaçam às exigências de cada “indústria” (próximo a portos, vias de circulação de acessibilidade rápida). Dessa forma:

Nas grandes cidades, onde a atividade fabril é expressiva, a ação espacial dos proprietários industriais leva a criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres, onde mora a elite, próximo às áreas proletárias. Deste modo, a ação deles modela a cidade, produzindo seu próprio espaço interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra (CORRÊA, 1995, p. 10).

No que concerne aos proprietários fundiários, vemos que este tipo de agente sempre atua no sentido de valorizar áreas de uso comercial e residencial nobre. Ainda segundo Corrêa (1995), esta valorização irá depender de dois motivos: o primeiro é o surgimento de novas camadas sociais que tenham a capacidade de participar ativamente do mercado de habitação e solo; o segundo é a política do Estado que permite a reprodução do capital, através de investimento em infra-estrutura em determinados locais, valorizando áreas em que os promotores fundiários possuem capital investido. Assim, as terras bem localizadas e com infra-estrutura boa serão destinadas às classes nobres, enquanto nas áreas mal localizadas serão realizados loteamentos de habitações de baixa qualidade, sendo potencial gerador de segregação, uma vez que se torna um agente que define onde cada classe social irá morar.

Ao tratarmos dos promotores imobiliários entende-se como:

Um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudos técnicos; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro (CORRÊA, 1995, p.11).

Assim os promotores imobiliários têm como estratégia o aumento do lucro através de inovações na área de habitação, tentando superar o valor das habitações antigas, aumentando consequentemente seus lucros. No que tange às habitações para grupos de baixa renda, a estratégia dos promotores imobiliários é basicamente atender a demanda de várias famílias ou várias pessoas solteiras que necessitam alugar um lugar. Para isso criam construções de

qualidade inferior, tornando rentável a construção a partir de um custo reduzido da produção; e quando a procura esta maior que a oferta, determinando o aumento dos preços dos imóveis.

A estratégia dos promotores imobiliários é basicamente:

Dirigir-se, em primeiro lugar, à produção de residências para satisfazer a demanda solvável; e, depois, obtém-se ajuda do Estado no sentido de tornar solvável a produção de residências para satisfazer a demanda não solvável (CORRÊA, 1995, p. 12).

Ainda segundo o autor, este modo desigual pelo qual atuam os promotores imobiliários reforça a segregação residencial, reproduzindo áreas consideradas violentas ou criminais e áreas onde se pode considerar uma determinada tranquilidade no que tange aos crimes.

O Estado como agente produtor do espaço se caracteriza por uma atuação complexa e variada tanto em tempo como em espaço, tendo em mãos um conjunto de instrumentos legais que determinam a dinâmica populacional e territorial da cidade. Esses instrumentos tornam a dinâmica da sociedade, desigual. Assim temos como instrumentos:

O direito a desapropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle de limitação dos preços das terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxaço de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento publico na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infra-estrutura; organização de mecanismos de créditos de habitação; e pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material (CORRÊA, 1995, p.12).

Como último agente produtor do espaço a ser descrito, e não menos importante, os grupos sociais excluídos nada mais são do que “aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de habitação digna e muito menos para comprar um imóvel” (CORRÊA, 1995, p. 12) que segundo o próprio autor ao lado do desemprego e saúde mostram a situação dos grupos excluídos. Ainda segundo o autor, a estas pessoas restam praticamente três tipo de moradia: os cortiços, a autoconstrução e os conjuntos habitacionais. Contudo não são esses três tipos de habitação que definem este agente como produtor do espaço, uma vez que este tipo de habitação está atrelado a outros agentes produtores. O que define os grupos sociais excluídos como agentes produtores do espaço é a ocupação de terrenos “que dão ensejo à criação das favelas sendo uma forma de resistência à segregação social e sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais” (CORRÊA, 1995, p. 14). Identificamos, portanto, os

grupos sociais excluídos como agentes de produção de seu próprio espaço, devido à falta de capital solvável para que possam ter direito a moradia digna.

Podemos observar que o espaço urbano e sua produção podem sim ser responsáveis pelo alto índice de violência letal e criminalidade nas mais variadas esferas, sendo possível determinar através dos agentes produtores do espaço o quanto cada agente se torna potencial gerador de violência em determinadas localidades, principalmente os agentes imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, que são a representação da segregação residencial e social que cada um desses agentes tem em suas estratégias e características.

Podemos então identificar através do estudo do espaço urbano o quanto determinados agentes produtores do espaço interferem na violência, determinado por cada momento de ação de cada um dos agentes produtores do espaço. Segundo o livro *Fobópole Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*, do autor Marcelo Lopes de Souza:

é necessário investigar como, concretamente, a violência e a insegurança se manifestaram em cada momento. Em que circunstâncias a violência e a insegurança chegaram ao ponto de influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação do espaço e mesmo o habitat e as formas espaciais? (SOUZA, 2008, p. 8).

Esta questão passa primeiro pelo entendimento de como os agentes produtores do espaço, citados por Corrêa (1995), agem perante a questão da violência na cidade, produzindo o espaço urbano, tendo como foco a segregação residencial e espacial da cidade.

Ainda segundo o autor, “nem sempre a violência e a insegurança foram fatores assim tão decisivos, ainda que nunca tenham estado ausentes das preocupações dos governantes e das coletividades em geral” (SOUZA, 2008, p.8). Assim a presença da violência e do medo no espaço urbano é um fator condicionante das relações sociais e organizacionais do espaço sendo menor em determinadas épocas e maior em outras épocas, sendo este segundo momento pertencente a nossa realidade.

A temática da violência urbana está bastante “mastigada” não apenas no Brasil, mas no mundo todo. De acordo com o autor citado acima, ao pensarmos em violência urbana, dois campos de pesquisa devem ser tratados conjuntamente, principalmente no que se refere às políticas públicas, são eles: o planejamento e gestão urbana, e as políticas de segurança pública. Segundo o autor “é graças a esse diálogo que se torna possível perceber melhor a legitimidade conceitual de uma expressão como ‘violência urbana’” (SOUZA, 2008, p.10).

O espaço urbano, segundo o autor, não deve ser imediatamente relacionado à violência urbana, muito menos devemos entender que o espaço urbano não é de fato um produtor de

violência. Assim, segundo Souza (2008), “apesar disso tudo, as práticas de violência não estão dissociadas do espaço, aqui também o espaço comparece em dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais” (SOUZA, 2008, p. 11). Ao tratarmos, portanto, de espaço urbano e violência, devemos observar qual interferência cada um dos agentes produtores do espaço gerou com relação à violência de determinada cidade, agentes esses muito bem explicitados por Corrêa (1995) em seu livro *O Espaço Urbano*.

A respeito do desenvolvimento urbano e da violência:

Não é sequer possível pensar em continuar usando impunemente expressões como ‘desenvolvimento urbano’ se não se perceber que, de umas poucas décadas para cá, o medo e a violência vem cada vez mais se apresentando como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades, e não só nas grandes – e de uma forma assaz preocupante (SOUZA, 2008, p.13).

Souza (2008), entre outras elucidaciones, tenta, em seu livro, identificar as causas e efeitos sócio-espaciais da violência nas cidades, e como esta violência afeta o planejamento urbano promovido pelo Estado. Assim, devemos nos atentar não apenas para as estratégias elaboradas pelo Estado, mas também para como atuam os vários agentes produtores do espaço na produção e reprodução da violência no espaço urbano.

Importante ressaltar no estudo que a questão da segregação residencial e espacial se torna fator importante para o aumento da sensação de insegurança e violência no espaço urbano, sendo essencial, como foi muito bem explicitado no trecho de seu livro:

O perigo de que a crescente territorialização de espaços residenciais segregados por parte de grupos de traficantes de drogas, tendo cada vez mais por consequência a imposição de restrições à liberdade de locomoção dos moradores desses espaços, a difusão de uma “cultura do medo” e a tentativa de manipulação de associações de moradores, crie dificuldades para a adoção de mecanismos de participação popular autêntica na gestão e no planejamento das cidades e, mesmo, para a atuação de ativismo e movimentos sociais (SOUZA, 2008, p.15).

Densos esforços são realizados no sentido de teorizar e conceituar o fenômeno da violência e da criminalidade, no qual uma série de expressões (como “guerra civil”, “guerra fria urbana”, “regime autoritário” e tantos outros) vem sendo utilizada no mesmo sentido, sendo possível perceber nesses ensaios uma série de comprometimentos dos resultados das pesquisas e a realidade.

No livro *Fobópole* (2008), de Marcelo de Lopes Souza, é mostrado este problema com a seguinte questão: “o que fica patente é que há um número expressivo de fenômenos ainda em busca de teorização adequada. Pode-se, então, a esta altura, indagar: qual o papel das

idades nisso tudo?” (SOUZA, 2008, p.20). Segundo o autor, a primeira expressão referente ao tema *risco* (no sentido de violência), foi do sociólogo alemão Ulrich Beck (1986), que com seu livro *A sociedade de risco* definitivamente coloca o tema na agenda de debates dos estudiosos.

Porém sua forma de abordagem se torna muito eurocêntrica e pouco atualizada aos dias de hoje, uma vez que para Beck (1986), o problema central das sociedades periféricas se resumiria à expressão “eu tenho fome” dado o problema de escassez que muitos desses países sofreram e sofrem devido à forte pressão do sistema capitalista por acumulação.

Ainda segundo Beck (1986), e muito bem explicado por Souza (2008), nos países considerados de primeiro mundo o problema com a sociedade de risco se resumiria a expressão “eu tenho medo” devido aos “efeitos colaterais da própria modernização e da percepção desses efeitos junto à opinião pública e através dos meios de comunicação de massa” (SOUZA, 2008, p.20). Contudo o próprio autor considera esta análise um tanto desconfortável, uma vez que seu objeto de estudo são os países periféricos, onde as duas expressões (“eu tenho fome” e “eu tenho medo”) podem conviver mutuamente, uma vez que esses países possuem problemas em sua distribuição de renda, sendo possível observar uma grande disparidade entre as classes de alta renda e classes de baixa renda, fato que dificilmente ocorre em países centrais.

No caso brasileiro, a precarização do trabalho surge na década de 90, com a entrada o neoliberalismo puro. Vemos que desde seu surgimento, no Brasil “um percentual elevado da população do país [...] não tem suas necessidades básicas inteiramente satisfeitas” (SOUZA, 2008, p.23). Ainda segundo autor:

Sudeste e Sul, observa-se uma concentração de riqueza e “modernidade” urbana-industrial impressionante, o que não apenas estabelece um contraste chocante com a face pobre ou miserável do próprio país, mas também marca uma diferença nítida entre esse tipo de país e o conjunto [...] dos países periféricos típicos, de economia muito mais simples. Cada vez mais, a maioria dos riscos associados à sociedade de risco, como os relativos acidentes nucleares, à contaminação de alimentos e outras catástrofes ou desastres sócio-ambientais que, em última análise, são efeitos colaterais do próprio uso da ciência e da tecnologia, está presente igualmente em países como o Brasil [...]. O “eu tenho fome” e o “eu tenho medo”, como se vê, entrelaçam-se no interior da formação sócio-espacial brasileira (SOUZA, 2008, p.24).

Porém o tema *risco* trabalhado em pesquisas de Beck (1986), Adam (2000), Scott (2000) e muitos outros, acaba sendo abordado de forma mais genérica, deixando de lado uma questão fundamental quando tratamos de violência nas grandes cidades, questão essa que

passa pela criminalidade violenta. Ao invés disso, esses autores preferem tratar de risco nuclear, risco biotecnológico, risco virtual, entre muitos outros temas que não condizem com a criminalidade violenta vista não apenas nas cidades contemporâneas como nas cidades do passado.

Uma aproximação do tema surge com o escritor alemão Hans Magnus Enzensberger (1993), quando, ao tratar do assunto criminalidade violenta, busca uma explicação de como surge a violência na sociedade (o que ele chama de “guerra civil molecular”), dando ênfase não apenas à violência criada por grupos e facções, mas também socializa a questão da violência, expressa no trecho de seu livro *Guerra Civil*.

Na realidade, a guerra civil há muito tempo se faz presente nas metrópoles. Suas metástases pertencem ao cotidiano das grandes cidades, não somente em Lima ou Johannesburgo, em Bombaim e Rio, mas também em Paris e Berlim, em Detroit e Birmingham, em Milão e Hamburgo. Ela é conduzida não apenas por terroristas e serviços secretos, mafiosos e *skinheads*, quadrilhas de traficantes de drogas e esquadrões da morte, neonazistas e justiceiros, mas também por cidadãos comuns (ENZENSBERGER, 1993, p. 18).

Este trecho nos mostra que Enzensberger (1993) já observava que a criminalidade violenta não é um problema exclusivo dos países periféricos, mas também encontrado em países centrais, dado o fato da crescente urbanização e da crescente acumulação de capital ocorrida a partir da década de 90 com o surgimento do neoliberalismo.

Assim, segundo Souza (2008) ao observarmos como Enzensberger (1993) não escapa da amplitude dos atores da violência, o autor se depara com a evolução do urbano, da criminalidade e com a sensação de insegurança. De acordo com o autor a sensação de insegurança pode não evoluir paralelamente às taxas de criminalidade violenta.

Isto acontece devido ao fato de que:

Entre outros fatores, a mídia, comumente se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jomais e encontra ampla audiência, da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeios blindados e armados, de condomínios exclusivos aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos Executivos e no Legislativo (SOUZA, 2008, p.30).

Vemos, portanto, um claro diálogo entre a criminalidade violenta e a “guerra civil molecular”, expressa por Souza (2008) e Enzensberger (1993), com os agentes produtores do espaço, expressos por Corrêa (1995), sendo os próprios agentes produtores, juntamente com órgãos particulares, responsáveis principalmente pela sensação de insegurança de cidades

contemporâneas. Isto fica bem ilustrado, quando Souza (2008) lembra que “não é à toa que as preocupações com a segurança pública passaram, já há algum tempo, a figurar com destaque em enquetes sobre as principais preocupações dos brasileiros” (SOUZA, 2008, p.30) e são comumente utilizados pelo Estado, promotores imobiliários e grupos sociais excluídos para elaborarem suas reivindicações e suas estratégias de ações nas cidades.

Contudo o autor lembra que:

a despeito dos exageros e mistificações debitáveis na conta do discurso midiático e das tiradas de certos gestores e governantes, tratar o ‘clima de guerra civil’ como uma espécie de simples fraude, exagero jornalístico ou mera retórica alarmista e populista é simplificar de massivamente o problema (SOUZA, 2008, p.33).

Porém esta temática vem a cada dia, e principalmente no Brasil, tomando conta de noticiários de imprensa, mas também notícias políticas e econômicas, uma vez que a sensação de insegurança (e não apenas o aumento da taxa de criminalidade) acarreta uma gama de recursos não apenas para o Estado, mas também para empresas particulares e principalmente para as famílias, de alta renda ou de baixa renda.

O sociólogo Jan Wehrheim (2002) expressa bem à ideia de como a criminalidade violenta, desde a década de 90, não é apenas um fenômeno exclusivo das grandes cidades e metrópoles. Segundo o autor:

mais e mais, também cidade média, vão assumindo papel de destaque nesse cenário [...] é no mundo todo, inclusive na Europa, que se pode já perceber que a problemática da (in)segurança pública, tendo por ano de fundo o medo generalizado, se vai converter em um formidável fator de (re)estruturação do espaço e da vida urbanos (WEHRHEIM, 2002, p.211).

É através de estratégias criadas pelos agentes produtores do espaço, sempre em detrimento de seus interesses particulares que vemos que essas estratégias preventivas muitas vezes passam por medidas repressoras tomadas geralmente pelo Estado para coibir protestos e manifestações que vão contra a globalização capitalista, sendo de suma importância a observação das formas como atuam esses agente, vinculadas ao aumento da taxa de criminalidade e também de alguma forma o aumento da sensação de insegurança.

Como vemos, a sensação de insegurança e a violência explícita, em seu mais puro sentido, acabaram tomando uma dimensão geopolítica, uma vez que o Estado e muitos outros setores da economia se sentem ameaçados e posteriormente fazem suas reivindicações a escalões de maior poder no intuito de aumentarem seus lucros ou mesmo na tentativa de uma melhoria na qualidade de vida. Não é à toa que Souza (2008) lembra que o exército sozinho,

ou com outras Forças Armadas, desempenha um papel de polícia em muitos eventos internacionais em determinadas épocas, ou como o próprio autor diz uma “militarização do cotidiano ou, mais precisamente, uma ‘militarização da questão urbana’” (SOUZA, 1993, p.339) o que gera a chamada “guerra civil molecular” explicitada por Enzensberger (1993) sendo uma mescla de:

Elementos de criminalidade menos e mais organizada e criminalidade ordinária não-organizada (e, em alguns países, também o terrorismo), respostas menos ou mais preventivas, menos ou mais repressivas por parte da polícia (e muitas vezes, dependendo do país, mesmo truculentas, com abundância de violência policial abusiva e seletiva e reações autodefensivas por parte da classe média e das elites (uso de carros blindados, compra de armas, utilização de segurança privada e estratégias espaciais diversas) reações essas que agravaram a “guerra civil molecular”, ao invés de detê-la ou estancá-la (SOUZA, 2008, p. 36)

Assim vemos que não se deve enfrentar essa “guerra civil molecular” através de uma militarização cada vez maior das ruas, ate porque este tipo de estratégia não se torna parte constituinte da solução, sendo claro apenas o aumento da problemática da violência no urbano.

Ainda segundo o autor, existem dois fatores que mostram que a violência, a partir da década de 90, se tornou foco de discussões e anteriormente e dada como segundo plano. Em primeiro lugar preocupações como fome e doenças eram preocupações mais enfatizadas pela sociedade, e em segundo lugar a violência que não estava incluída nas questões referentes às guerras geradas em outras épocas era considerada banal ou mesmo era jogada em um segundo escalão. Estes fatos apenas se tornaram importantes no momento em que surge um período de relativa “calmaria”, se intensificando nas cidades crimes sem motivações políticas ou mesmo religiosas.

Dessa forma, “a criminalidade ordinária e a desordem despolitizada são geradas por uma combinação mais complexa de fatores, notadamente em um país (semi)periférico” (SOUZA, 2008, p.40) diferentemente do que ocorre por exemplo em países como o Iraque, em que podemos ver claramente a partir de um “grande evento” onde podemos também observar que com a chegada de determinadas políticas o problema pode diminuir seu agravamento.

Como o próprio autor expressa em um trecho de seu livro *Fobópole* a dialética existente entre os agentes produtores do espaço e a questão da violência nas cidades:

Em um país como o Brasil, em larguíssima medida, um subproduto da “dívida social” acumulada há gerações e gerações, sob a mediação de fatores institucionais (falência e inadequação intrínseca do sistema prisional, corrupção estrutural do

aparato policial etc.) e culturais (ascensão de valores como consumismo, individualismo e hedonismo). Por outro lado, a criminalidade e o sentimento de medo e insegurança associados ao seu aumento irão gerar impactos sócio-espaciais negativos importantes, os quais servirão de obstáculos para o enfrentamento de vários fatores de injustiças social e má qualidade de vida entre os próprios pobres (SOUZA, 2008, p.41).

Portanto, a relação intrínseca existente entre o diálogo proposto por Souza (2008) no que concerne à violência e à criminalização e quais os fatores geradores de injustiças e o diálogo proposto por Corrêa (1995) em que o próprio autor descreve quem são os agentes produtores do espaço que mais atuam no processo de expansão do espaço urbano, tendo clara relação entre as ações desses agentes e a criminalidade violenta encontrada em algumas cidades.

A seguir veremos uma proposta de metodologia de estudo em que buscamos através dos agentes produtores do espaço identificar quais são as possíveis alternativas que determinadas cidades podem criar no enfrentamento da violência, observando através dela qual é a dinâmica territorial que essa criminalidade impõe a esses agentes e se de fato essa criminalidade violenta influi nas decisões de determinados agentes produtores do espaço.

Metodologia de estudo sobre violência e espaço urbano

Sabemos já que o objetivo desta metodologia apresentada é identificar uma possível correlação ou associação entre determinadas modalidades de crimes e a influência de ações de alguns agentes produtores do espaço na dinâmica territorial, em detrimento dessa violência na cidade. Sabemos também que a violência urbana é consequência de inúmeros fatores, e dentre esses fatores está à falta de estrutura urbana e acesso a políticas públicas que favoreçam determinadas áreas, o que gera de certa forma uma segregação social e residencial.

Na maioria das cidades essa segregação social e residencial é o aumento na demanda por terras. Assim, vemos que determinadas ações de alguns agentes produtores no espaço, em detrimento da violência pode, sim, gerar conflitos, sendo adequado entender, neste momento, uma possível associação entre essas ações dos agentes produtores e a violência em determinadas cidades, fato já previamente observado no município de Maringá – PR, onde foi visto o favorecimento de alguns agentes produtores e o uso indiscriminado de leis e planos para favorecimento de determinadas áreas, valorizando e desvalorizando determinados lotes em certos momentos da história do município.

A partir da análise teórica feita na introdução deste artigo, apresentaremos a seguir, uma metodologia que ao menos possa contemplar os estudos referentes à violência e à dinâmica territorial de cidades que sofrem com os problemas da criminalidade violenta.

Assim, o objetivo geral desta metodologia é identificar possível relação/associação entre a modalidade de crime/violência e a influência dos agentes produtores do espaço na dinâmica territorial. Para que seja possível apresentar um resultado convincente, em que também seja possível observar o quanto a violência influi na dinâmica territorial, propomos primeiramente a definição de uma amostragem em que seja possível identificar um perfil socioeconômico da população em determinados bairros de uma determinada cidade, onde sejam contemplados localidades consideradas de classe alta, média e baixa. Tomou-se por base que classe alta é constituída por pessoas que possuem mais de vinte salários mínimos; classe média, seis a dezenove salários mínimos; e classe baixa, de meio salário até 4 salários, de acordo com a Tabela 1384 (pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal) disponível no endereço eletrônico <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1384&z=cd&o=7> onde é possível interagir criar suas próprias tabelas.

No caso do estudo elaborado para a cidade de Maringá – PR foram definidos os bairros a partir dos dados do censo 2010 realizado pelo IBGE, no que consiste a renda da população da cidade através dos dados do universo disponibilizados no site do próprio órgão federal no dia 25/05/2012, como mostra a figura 1 retirada do projeto de pesquisa do próprio autor em que ele indica quais bairros serão aplicados os questionários socioeconômicos e sobre a sensação de insegurança.

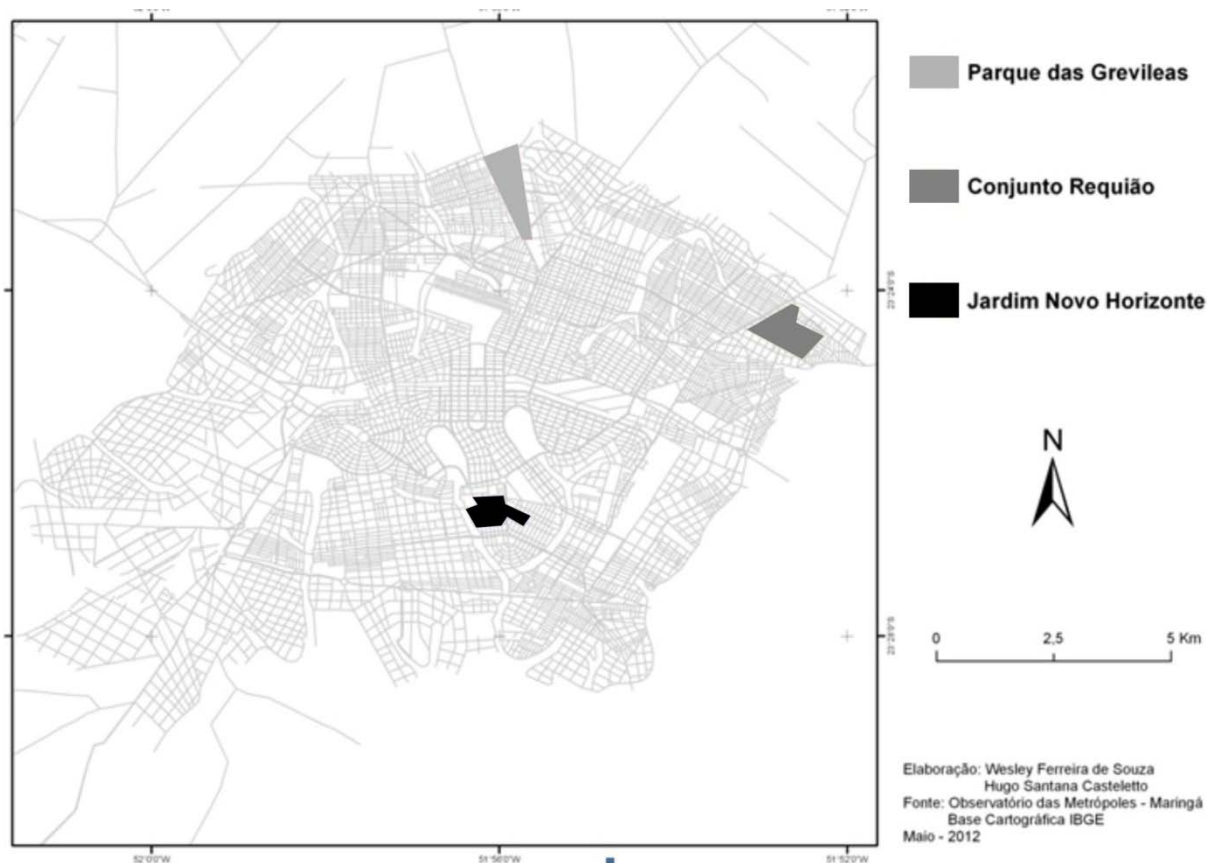


Figura 1 - Exemplo de amostra de bairros para o município de Maringá-PR, tendo como objeto três bairros de classes sociais diferentes (classe alta, média e baixa).
 FONTE: Elaborado pelo autor (2012)

Definidos os bairros que compõem a amostra, em um segundo momento, propomos o levantamento de dados sobre a criminalidade. Esses dados precisam ser relacionados primeiramente ao tráfico de drogas, uma vez que esse tipo de dado pode nos fornecer uma ideia de como alguns territórios são controlados por determinados traficantes, territórios esses que podem influenciar em investimentos que partem do Estado, Governo Municipal e entidades não governamentais; também é necessário o levantamento de dados de criminalidade referentes a assaltos, onde poderemos observar onde há uma maior sensação de medo da população, que muitas vezes deixa de circular em determinados locais e horários devido à falta de policiamento e o risco de ser abordada; além de um último dado e considerado um dos mais importantes, que se refere aos homicídios, uma vez que este tipo de crime se configura como o grau extremo da violência, não havendo uma modalidade de crime que seja mais extrema, podendo assim identificar quanto, onde e qual o grau de violência extrema que ocorre em determinados territórios, ou se este tipo de violência está pulverizado na cidade determinada para o estudo.

Como terceiro passo na elaboração dos estudos de violência e criminalidade, é proposto um diálogo com os agentes produtores do espaço, através do estudo e metodologia elaborada por Corrêa (1995), onde a exemplo do autor busca-se discutir como esses agentes atuam, e quais as estratégias de ação que cada um realizou em cada bairro da amostra desde a criação e consolidação dos bairros. Assim, poderemos identificar se houve estratégias diferentes de ação de cada agente em cada bairro, e se a classe social predominante foi ou não favorecida durante os anos, podendo desta forma prognosticar quais serão as possíveis estratégias futuras e se modifica desta forma a dinâmica territorial da cidade.

Estas estratégias seriam discutidas não apenas através de entrevistas com os promotores imobiliários, mas também através do histórico de luta dos grupos excluídos e através de planos elaborados pelo Estado e Governo Municipal, no que consiste o Plano Diretor, Plano Habitacional de Interesse Social, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano de Regularização Fundiária e loteamentos particulares.

Podemos, portanto, resumir a metodologia de pesquisa em três etapas distintas:

1º - Consulta a dados referentes à renda da população da cidade a ser estudada, simplesmente para a definição de três bairros (um de classe alta, um de classe média, e um de classe baixa) para que seja aplicado um questionário socioeconômico (para confirmação de dados de renda) e um questionário referente à sensação de medo da população que reside no bairro.

2º - Levantamento de dados referentes à criminalidade, como os homicídios, assaltos e tráfico de drogas, e conseqüentemente um mapeamento desses crimes para que seja possível o confronto desses mapas com o mapa elaborado para as amostras dos bairros.

3º - Diálogo, com a metodologia elaborada por Corrêa (1995), para que sejam observadas as estratégias de ação dos agentes produtores do espaço (no caso de Maringá – PR os promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos) nos bairros que compõem a amostra para que seja observado se houve ou não favorecimento de determinado local, dotado de mais infraestrutura.

Ao contemplar todas as três etapas propostas pela metodologia apresentada, partimos para uma última etapa, onde deverão ser confrontados todos os dados obtidos, desde o referencial teórico, definição de amostragem, levantamento dos dados de criminalidade e diálogo com os agentes produtores do espaço.

Este confronto pode ser feito através de programas de computador (como o SPSS *Statistical Package for the Social Sciences* – Pacote Estatístico para Ciências Sociais) e posteriormente a confecção de mapas que possam fornecer uma resposta plausível a respeito

da influência da violência na dinâmica territorial de cidades que sofrem com a questão da criminalidade violenta. Este confronto pode ser positivo, ou seja, a violência influi sim na dinâmica territorial da cidade; negativo, ou seja, a violência em nada influi nas estratégias dos agentes produtores do espaço urbano; ou pode ser nula, em que não há uma relação direta entre as duas variáveis.

A seguir, na figura 2, apresentamos o organograma teórico-metodológico apresentado por Casteletto (2012), em seu projeto de pesquisa, para aplicação da metodologia apresentada na cidade de Maringá-PR.

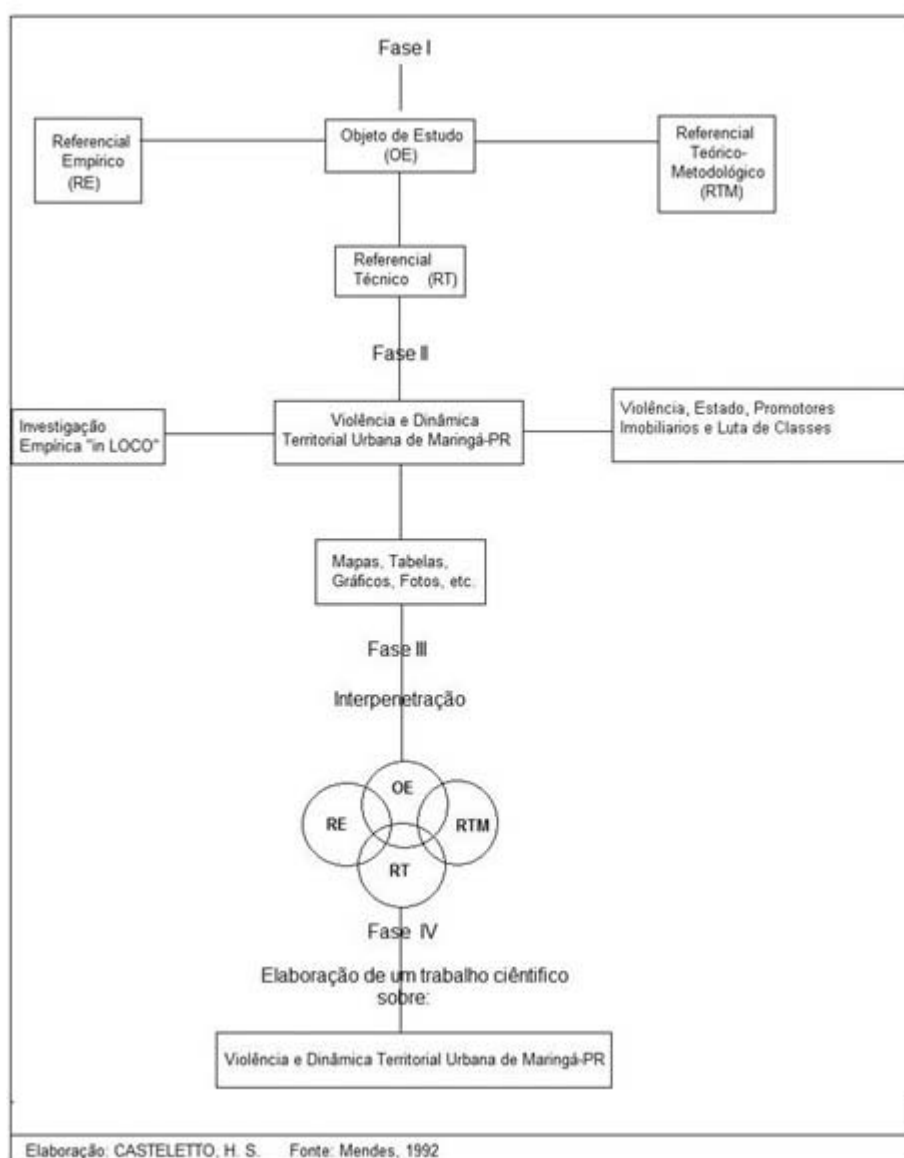


Figura 2 - Organograma Teórico-Metodológico.
 FONTE: Elaborado pelo Autor (2012).

Referências

ADORNO, Sérgio. **O monopólio da violência na sociedade brasileira contemporânea**. 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down078.pdf>>. Acesso em: 30 ago.2011.

BECK, U. Risikogesellschaft. **Auf dem Wege in eine andere Moderne**. Frankfurt (Meno): Suhrkamp.

BELOTO, G. E. Indexadores urbanísticos e o retrato da exclusão territorial. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L. de.; SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELETTO, H. S. **Violência e Dinâmica Territorial de Maringá – PR. 2012**. (Projeto de pesquisa apresentado para o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual de Maringá).

CORDOVIL, F. C. de S. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR. 2010**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

DIAS, F.M.F. **Segregação residencial de Ourinhos-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011.

ENZENBERGER, H.M. **Aussichten auf den Bürgerkrieg**. Frankfurt (Meno): Suhrkamp. (Uma tradução brasileira, um pouco canhestra, foi publicada em 1995 pela Companhia das Letras, de São Paulo, sob o título Guerra Civil).

FERRARI, Celso. **Curso de Planejamento Municipal Integrado: urbanismo**. São Paulo: Pioneira, 1986.

HARVEY, David. **Justiça Social na Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. O trabalho o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, São Paulo, ano.2, n.6, 1982, p. 6-35.

IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 30 ago.2011.

MENDES, C.M; TÖWS, R.L. (Orgs.) **Geografia urbana e temas transversais**. Maringá: Eduem, 2009.

OBSERVATORIO DAS METROPOLES/CNPq/INCT. **TERMO DE REFERENCIA** Organização Social do território e criminalidade Violenta. Rio de Janeiro. 2008-2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe mundial sobre violência e a saúde**. Washington, DC: OMS, 2002. Disponível em < http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/es/index.html> acesso: 14/11/2011.

REIS, Robson Sávio. **Políticas Públicas e Violência**. 2006. <http://www.ibase.br/userimages/dv33_artigo3.pdf>. Acesso em: 02 set.2011.

ROCHA, M.M. **A espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o norte central paranaense**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2004.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 2008.

TÖWS, R.L. **Planejamento urbano e produção do Espaço na cidade de Maringá (PR) Brasil, à luz da atuação do estado**. 2011. (Projeto de Pesquisa para Doutorado em Geografia).

VILLAÇA, F. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.flaviovillaca.arq.br/livros01.html>>. Acesso em: 04 out.2011.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

WEHRHEIM, J. *Die überwachte Stadt. Sicherheit, Segregation und Ausgrenzung*. Opladen: Leske + Budrich: 2002.